



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9145 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Salomão Antônio Mufarrej Hage - UFPA - Universidade Federal do Pará

Iranete Maria da Silva Lima - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Dileno - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Resumo

Este texto apresenta uma reflexão sobre os desafios que a Educação e a Escola Pública do Campo enfrentam com a pandemia da Covid-19, sobretudo, com a implantação do Ensino Remoto. Tomamos por referência uma pesquisa financiada pelo CNPq em desenvolvimento, que investiga as realidades, os conflitos e os desafios que envolvem a natureza, o trabalho e a cultura na Amazônia e no Brasil e, mais particularmente, os estudos bibliográfico e documental que vêm sendo realizados sobre o ensino remoto. Os resultados parciais da pesquisa apontam a intensificação da exclusão, marginalização e desigualdades sociais e educacionais dos estudantes oriundos das redes públicas de ensino, restrição do direito à Educação assegurado na legislação brasileira e precarização do trabalho docente, em meio à resistência dos movimentos sociais populares do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Movimentos Sociais, Escolas Públicas do Campo. Pandemia do Covid-19, Ensino Remoto

O ajuste neoliberal que vem se efetivando após o golpe jurídico parlamentar de 2016 intensificou uma série de problemas sociais que incidem na Educação e, de modo particular, na Educação do Campo. Não obstante às denúncias, resistências e lutas dos movimentos sociais populares, parte da sociedade ainda se encontra embevecida por um discurso de caráter "moral" que ignora o aprofundamento das desigualdades sociais e o rebaixamento da classe trabalhadora à patamares mais próximos da miséria e impacta frontalmente o sistema educacional.

A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro 2016 (BRASIL, 2016) – emenda do teto dos gastos – e a Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019) – que altera o sistema de previdência social e as regras da aposentadoria – aumentaram os índices de desemprego e resultaram na precarização, terceirização, uberização e superexploração do trabalho[1]. Este quadro desolador adquire contornos ainda mais violentos com o *advento* do bolsonarismo que busca destruir instrumentos, programas e legislações implementados por governos anteriores para fortalecer a reforma agrária, a agricultura familiar e as ações afirmativas da diversidade. Fazem parte deste rastro de destruição a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a subordinação do Inca ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), alterando suas competências e impactando na paralisação da destinação das terras públicas para a Reforma Agrária; as investidas para extinguir o [Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária](#) (PRONERA) da estrutura estatal; a expropriação dos territórios indígenas e quilombolas por meio da flexibilização da legislação de regulamentação e proteção ambiental vigente com o estímulo ao avanço do garimpo ilegal, dos madeireiros e da grilagem de terras nesses territórios; o aumento dos despejos dos acampados da reforma agrária em plena pandemia; a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável pela implementação de políticas educacionais na Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, em articulação com os sistemas de ensino.

Os prejuízos causados pelas políticas perversas aumentaram com a crise sanitária, social e econômica aprofundada pela pandemia da Covid-19 e tem incidido de forma ímpar na vida das pessoas em todo mundo e exigido responsabilidade coletiva em defesa da vida humana. Neste cenário, setores privatistas e fundamentalistas religiosos se articulam para manter seus lucros e privilégios, assumem e propagam uma postura negacionista contra as múltiplas iniciativas coletivas que exigem do poder público medidas concretas em favor da saúde, incluindo a vacinação e a assistência aos grupos mais vulneráveis. Eles aproveitam-se das incertezas, ansiedades e medos da população face à pandemia, para introduzir uma falsa dicotomia entre a preservação da vida e a economia.

É fato que a pandemia atinge as populações em escala global, mas seus efeitos afetam as pessoas de forma muito diferenciada. Como adverte a nota do FONEC (2020a), no Brasil, são mais atingidos àqueles que vivem em situação de pobreza extrema, na informalidade ou têm contratos temporários e precarizados de trabalho; os idosos, pessoas em situação de rua, em privação de liberdade, refugiados, povos indígenas, camponeses, entre outros que historicamente não tem sido prioridade para o Estado. A pandemia dá visibilidade às desigualdades sociais e, no caso da Educação, à face precária e à inexistência de condições de acesso das comunidades camponesas e periféricas às aulas por meio do Ensino Remoto. A falta de infraestrutura física e lógica nas escolas públicas sediadas em comunidades quilombolas, indígenas, camponesas e extrativistas não permite assegurar os protocolos de segurança para atender às medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias.

A necessidade de compreendermos como as Escolas do Campo têm enfrentado os desafios impostos pelas reformas pós-golpe, pelo bolsonarismo e pela pandemia se impôs na decisão de realizarmos os estudos bibliográfico e documental no quadro de pesquisa já em desenvolvimento, com o objetivo de melhor compreender as realidades, os conflitos e os desafios que envolvem a natureza, o trabalho e a cultura na Amazônia e no Brasil. Para tanto, o corpus de estudo é constituído, em uma parte, por pesquisas sobre os impactos e consequências de políticas atuais na Educação e, em particular, nas Escolas do Campo (MACEDO, 2021; CASTIONI, 2021; AUTOR 1; AUTOR 2; AUTOR 3, 2021). Em outra parte, o corpus é formado por documentos publicados sobre o tema (FONEC, 2020a; FONEC,

2020b, SANTOS et al. 2020).

O Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC) tem denunciado a maneira como o MEC, Secretarias e Conselhos de Educação ignoram as vozes das escolas, movimentos populares e organizações que representam os povos quilombolas, indígenas, camponeses, extrativistas e populações das periferias urbanas sobre a condução do ensino durante a pandemia. Isto porque a grande maioria das escolas situadas em tais territórios apresenta infraestrutura e condições materiais de funcionamento precárias para a continuidade das atividades escolares, presencial ou remotamente, sem prejuízo da qualidade socialmente referenciada e sem intensificar as desigualdades educacionais e sociais. A falta de ambientes arejados, de água potável, de material para limpeza, de energia elétrica, de equipamentos como computadores e de acesso à rede de internet está entre os fatores que vêm sendo denunciados

O Ensino Remoto realizado com ou sem mediação tecnológica tem sido o meio encontrado para dar continuidade ao ensino, sobretudo, nas escolas públicas do campo. Contudo, ao seguir determinações dos grupos hegemônicos no campo educacional, a ação educativa se restringe ao alcance dos objetivos de aprendizagem prescritos pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) e ao compartilhamento de conteúdos escolares. Isolados das relações sociais que atravessam a práxis escolar, tais conteúdos pouco contribuem para a reflexão crítica e a formação humana dos estudantes servindo tão somente para o cumprimento da carga horária exigida pela legislação vigente.

Os levantamentos realizados nas investigações e ações desenvolvidas junto aos povos do campo, indígenas, tradicionais e quilombolas durante a pandemia, por meio do *Fórum Paraense e dos Fóruns Regionais de Educação do Campo*, evidenciam a insatisfação destes povos com relação às atividades propostas por meio do Ensino Remoto. No momento em que a vida dos estudantes, dos educadores e educadoras e suas famílias estão ameaçadas, estes povos esperavam ter protagonismo nas decisões sobre as políticas e as práticas educacionais, expectativa que tem sido continuamente desapontada.

Os estudos sobre a implementação do Ensino Remoto utilizado, predominantemente, neste período de pandêmico, nos leva a fazer as primeiras inferências:

- Intensificação da exclusão e desigualdades sociais e educacionais dos estudantes da classe trabalhadora oriundos das redes públicas de ensino e das populações mais vulneráveis, como de comunidades do campo, indígenas, tradicionais e quilombolas;
- Restrição do Direito à Educação assegurado na legislação brasileira, em favorecimento dos “conteúdos essenciais” prescritos pela BNCC e ratificados nos exames nacionais. Ao tentar padronizar o currículo para toda educação básica, restringe-se a autonomia das escolas e dos docentes na organização dos componentes curriculares que estão em sintonia com a realidade social, cultural, geográfica dos estudantes. Ao mesmo tempo, ignora-se o drama que impacta a vida dos estudantes, envolvendo situações como: o adoecimento e a morte de familiares, o medo da contaminação, o desemprego, a ansiedade, a necessidade de distanciamento físico em ambientes de estudo inapropriados e outros aspectos que transcendem a aquisição de “habilidades” e “competências” para a produção de indicadores nas provas padronizadas;
- Precarização do trabalho docente, tendo em vista que o Ensino Remoto impõe aos professores e professoras uma carga horária excessiva de trabalho e desconsidera a realidade objetiva, a falta de equipamentos tecnológicos e do domínio necessário sobre as tecnologias digitais da informação e da comunicação para ministrar as aulas. Esta realidade tem contribuído para o adoecimento destes profissionais face à exposição excessiva diante das telas de computadores e celulares e às dificuldades para conciliar

trabalho, rotina doméstica e saúde da família. A este conjunto de fatores, juntam-se as questões financeiras dos diversos profissionais da educação que têm contratos temporários e enfrentam rescisão ou redução de salários.

Estes resultados preliminares suscitam formas de resistência dos movimentos sociais populares do campo que por meio do FONEC têm proposto e investido, desde o início da pandemia, em um amplo debate com todos os setores educacionais e comunitários sobre os caminhos viáveis para a continuidade das atividades escolares. O Fórum evidencia a necessidade de fortalecer a garantia do diálogo e da participação ampliada dos diferentes seguimentos sociais nas decisões coletivas que envolvem o campo da Educação neste período de pandemia. Tal proposição parte da premissa que o atendimento dos diferentes setores educacionais existentes no país – redes públicas e privadas, escolas da cidade e do campo, de comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e camponesas – precisa ser consensuado e ao mesmo tempo considerar as especificidades e diferenças de cada território e de cada contexto escolar e educacional.

Em síntese, os resultados dos nossos estudos mostram que um dos principais desafios da Educação nestes tempos de pandemia passa necessariamente pelo trabalho coletivo, compartilhado e participativo, por políticas públicas e ações construídas a partir da escuta qualificada, pelo setor educacional, dos diversos seguimentos, etnias, povos e comunidades tradicionais e camponesas. Estas medidas são cruciais para a afirmação da autonomia e a organização das escolas e redes de ensino. Para tanto, os movimentos sociais populares são um instrumento histórico nas lutas de resistência aos ataques do grande capital à sociedade e que nos anima a lutar contra a precarização da educação com a implementação do ensino remoto realizado sem as condições mínimas necessárias para assegurar o ensino e a aprendizagem.

Assim, em um contexto de grandes ameaças à sociedade e de aguda exploração do trabalho é preciso mobilizar para resistir às desigualdades sociais impostas pelo capital.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24/05/2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 24/05/2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 24/05/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara Federal, 1996.

CASTIONI, R. et al. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.111, p. 399-419, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903108>. Acesso 01/06/2021.

FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo. **Direito à Educação em tempos de pandemia:** defender a Vida é mais do que reorganizar o calendário escolar. Brasília: FONEC, 2020. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Carta-do-FONEC-Articula%C3%A7%C3%B5es-Comit%C3%AAs-e-F%C3%B3runs-estaduais-de-Ed-do-Campo-e-Apoiadores-ao-CNE.pdf>. Acesso em: 24/01/2021.

FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo. **Pela Reorganização do Calendário Escolar sem Ensino Remoto:** em defesa do Direito à Educação do Campo. Brasília: FONEC, 2020b. Disponível em <https://www.agb.org.br/covid19/2020/06/14/pela-reorganizacao-do-calendario-escolar-sem-ensino-remoto-em-defesa-do-direito-a-educacao-do-campo/> Acesso em: 24/05/2021.

AUTOR 1. AUTOR 2. AUTOR 3, 2021.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>. Acesso em: 01/06/2021.

AUTOR, AUTOR 1, 2020

AUTOR, AUTOR, AUTOR 1, 2020

SANTOS, C. A. et al. (org.). **Dossiê Educação do campo:** documentos 1998-2018. Brasília: Universidade de Brasília, 2020

[1] <http://abet-trabalho.org.br/ricardo-antunes-a-expansao-do-trabalho-uberizado-nos-levara-a-escravidao-digital/>

